

## CORREIO CARIOCA

POR MARCELLO SIGWALT

Reprodução site Bsbflash



Após parecer do TCM, Câmara aplicou corte milionário

## Questionada pelo TCE, Câmara reduz custo de obra em R\$ 11 mi

Face ao parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), que questionou o 'alto valor' das obras do Edifício Serrador, a Câmara Municipal do Rio revisou os custos previstos inicialmente, o que permitiu uma redução de R\$ 85 milhões para R\$ 74 milhões.

Entre as justificativas que deram base ao parecer, o TCM apontou o cálculo do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), indicador que serve de refe-

rência para a definição da margem de lucro da empreiteira, cujos valores estariam 'muito acima' dos padrões definidos na tabela de obras da prefeitura.

As obras do Serrador incluem a criação de um plenário para debates e votações dos vereadores, o qual demandaria 'intervenções estruturais', como a demolição parcial de um andar, que permita elevar o pé-direito, acomodar os painéis de votação e instalar galerias para o público.

## Exigências do tribunal atrasam licitação

Por conta da necessidade de atendimento, pela Câmara, das 23 exigências de esclarecimentos encaminhadas pelo TCM – hoje sob análise de sua equipe técnica e conselheiros – a licitação da obra, inicialmente prevista para 8 de janeiro próximo, foi adiada para o dia 23. Novos

ajustes ao projeto poderão ser feitos.

Ícone da arquitetura art déco no centro, o Edifício Serrador foi adquirido pela Câmara, em 2022, por R\$ 150 milhões, cuja concentração de departamentos permitirá uma economia de R\$ 1,5 milhão/ano em alugueis.

Divulgação Sesc Tijuca



Evento tem a marca da diversidade cultural carioca

## Sesc Tijuca promove 'Encontro de Arte Feito à Mão'

Evento que une tradição e inovação em uma programação recheada de oficinas, desfiles de moda, apresentações musicais, manifestações culturais e uma saborosa experiência gastronômica, de forma diversa e acessível. Assim pode ser definido o Encontro da Arte Feito à Mão, que

ocorre de 13 a 15 deste mês, pelo Sesc Tijuca, que dará ênfase à riqueza e diversidade do artesanato típico e contemporâneo do Rio de Janeiro.

Com entrada franca, o festival cultural é produzido pela Palavra Z e conta com a direção geral do projeto e curadoria de Nea Maríozz.

## Reduto Pixinguinha, patrimônio imaterial

O Reduto Cultural do Choro Alfredo da Rocha Viana Filho, mais conhecido como Reduto Pixinguinha, localizado em Olaria (Zona Norte), acaba de ser declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio, por meio de decreto sancionado pelo governador Cláudio Castro nesta quarta-feira (11).

Com apresentações, todo terceiro domingo do mês, a Praça Ramos Figueira se tornou palco do reduto, após a criação de uma roda de choro no local, em 2012, logo conquistando moradores da região e amantes do ritmo 100% nacional. De origem europeia, o choro absorveu influências africanas.

## Fuzileiros patrulham entorno de hospital

Dois dias após perder a médica geriatra Gisele Mendes de Souza e Mello, morta por uma bala perdida no Hospital Naval Marcílio Dias, em Lins de Vasconcelos, nessa terça-feira (10) – a Marinha do Brasil iniciou, nesta quinta-feira (12), uma operação de segurança sem data

para acabar no entorno da unidade de saúde, em que fuzileiros navais efetuam um patrulhamento ostensivo, com veículos blindados, em um perímetro de até 1.320 metros. Reservado estritamente à família, amigos e colegas, o velório de Gisele será nesta quinta-feira (12).

## Presente de 'Ano Novo': trens vão passar a custar R\$ 7,60

Agetransp atende pleito da Supervia, com base na variação do IGP-M

Por Marcello Sigwalt

Tomando por base a variação anual do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir de fevereiro próximo, as tarifas dos trens da SuperVia sofrerão um aumento de 6,33%, de R\$ 7,10 para R\$ 7,60. A informação integra ofício enviado pela empresa à Agetransp, agência reguladora do setor.

Na formação do novo patamar tarifário, a mensagem da concessionária considerou como critério o 'reajuste ordinário do valor máximo unitário da tarifa padrão, que vem a ser 'o valor da passagem máxima, desconsiderando subsídios ou benefícios sociais'. Dessa forma, a tarifa resultante superou à cobrada atualmente pelo metrô, de R\$ 7,50.

Atualmente, o Estado banca o subsídio da 'Tarifa Social'. Pessoas entre 5 e 64 anos com renda mensal inferior ou igual a R\$3.205,20 têm direito a pagar menos em transportes geridos pelo Estado, como os trens, metrô e barcas. No caso dos trens, o valor fica em R\$ 5 para quem tem o benefício.

Diversamente da matriz



Próximo reajuste dos trens só perde para aquele de deve ser aplicado no metrô: R\$ 7,82

ferroviária, a metroviária ainda continua com o valor de reajuste para o ano que vem pendente. No entanto, levando em conta o fato de que, neste caso, o indexador utilizado é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), este indicador apresentou variação acumulada de 4,29% este ano. Como o valor atual da tarifa do metrô é de R\$ 7,50 (a mais cara do país), esta passaria a custar R\$ 7,82.

Outra questão tarifária

preocupante é a disparidade entre o preço do metrô e aquele cobrado nos ônibus da cidade, que cresceu exponencialmente, de 13%, em 2019, para 'exorbitantes' 74%, este ano. Em consequência, transporte metroviário vem enfrentando uma situação de grave desequilíbrio de aumento de custos uma vez que a demanda metroviária, exceto os passageiros que utilizam a Tarifa Social, despencou 10%.

Transição – Pelo acordo de transição para operação de

trens, celebrado entre o governo do Rio e a Supervia, a previsão é de que a SuperVia deverá ser substituída, em um período de seis a nove meses.

Enquanto isso, o administrador Cesar Ferraz Mastrangelo, ex-presidente da Agetransp, ficou encarregado de atuar como observador do governo estadual junto à concessionária, decisão ratificada pelo juiz em exercício na 6ª Vara Empresarial, Victor Agustin Diz Torres.

## 'Tesouro' é achado no Andaraí

Prefeitura encontra tomógrafo novo, de R\$ 2 milhões 'esquecido'

Por Marcello Sigwalt

Retrato prefeito do descaço federal com relação à saúde fluminense, no Hospital do Andaraí, funcionários da Prefeitura – que recém assumiu a gestão da unidade de saúde, juntamente com o Hospital Cardoso Fontes – encontraram um 'pequeno tesouro': um tomógrafo, avaliado em R\$ 2 milhões, simploriamente 'esquecido', há, pelo menos, dois anos e meio, em uma caixa, logo abaixo de uma goteira. O equipamento foi o único que estava 'novinho em folha', além de outro já usado e um terceiro quebrado. A intenção da Prefeitura é colocá-lo em funcionamento em 30 dias.

O 'achado' foi registrado, em vídeo, pelo próprio secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, pelo qual é possível notar que o tomógrafo corria o risco de ser danificado pelo vazamento de água. A vistoria municipal também localizou



Equipamento pago pelo cidadão à mercê da degradação

medicamentos vencidos, além de constatarem que todos os elevadores, em mau estado, teriam de ser substituídos.

Embora possua a maior rede federal de saúde do país, o Rio, nas últimas décadas tem padecido com o fechamento de leitos e queda de investimentos.

Relatório produzido, há

servação do patrimônio", sentença o relatório da Prefeitura.

O primeiro 'pontapé' da reforma do Andaraí deve ser dado no 10º andar do edifício da unidade – interditado por obras inacabadas – que será transformado em um Centro de Tratamento Intensivo (CTI) com 40 leitos.

Mas a meta mais ambiciosa da administração municipal é recuperar totalmente, no prazo de três anos, a infraestrutura desses hospitais, a ponto de obter a certificação de funcionamento do Corpo de Bombeiros, cuja falta é crônica nas instalações de saúde locais. A intenção do município é ampliar o número de leitos, dos 169 atuais, para 450, até janeiro de 2026.

No Cardoso Fontes, o quadro não é diferente, pois a unidade dispõe de apenas 111 vagas de internação, onde várias enfermarias permanecem trancadas com macas, à espera de pacientes que nunca chegam.

## Prefeitura premia propostas inovadoras

A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Fundação João Goulart, entregou nesta quarta-feira (11) os prêmios às melhores propostas e iniciativas inovadoras desenvolvidas pelos servidores municipais.

O Prêmio Inova Gestão Pública foi entregue no Palácio da Cidade, em Botafogo, em evento exclusivo para os servidores finalistas e convidados. A proposta da premiação é celebrar ideias que transfiram e inove a gestão pública, gerando benefícios diretos para a cidade e seus habitantes.

"O Instituto Fundação João Goulart é um hub de desenvolvimento. A gente cria essa premiação para que reconheça e celebre, junto ao servidor

público, as intencionalidades, ideias e esse dia a dia de trabalho. É muito importante reconhecer o trabalho que é feito de forma árdua ao longo do ano. Vamos incentivar e reconhecer o capital intelectual desse servidor, fazendo com que existam mais ideias e a gente tenha um ambiente de inovação e colaboração", explica a presidente da Fundação, Rafaela Bastos.

O prêmio foi criado para estimular a cultura de inovação no setor público e valorizar equipes que repensam processos e atividades cotidianas, seja com pequenas melhorias ou grandes transformações, assim como permite dar visibilidade a projetos relevantes que frequentemente permanecem pouco conhecidos.

## Câmara confirma doação de R\$ 100 mi

A Câmara de Vereadores do Rio vai doar mais R\$ 100 milhões para a Prefeitura do Rio. O projeto de decreto legislativo (PDL 425/2024) foi aprovado nesta quarta-feira (11) em 1ª discussão. A matéria voltará à pauta em 2ª votação. Do total, R\$ 50 milhões deverão ser destinados para a área de saúde, enquanto os outros R\$ 50 milhões precisarão ser utilizados em projetos da área de educação. O Poder Executivo deverá enviar para a Câmara o cronograma de aplicação destes recursos em 180 dias.

"Seguimos com nosso objetivo de fazer uma gestão moderna, eficiente e integrada. Por isso, conseguimos economizar para ajudar a saúde e a educação da cidade do Rio. Espero que

nos próximos anos esta Casa Legislativa continue ajudando o Poder Executivo", destacou Carlo Caiado (PSD), presidente da Câmara.

Também foi aprovado em 1ª discussão o PL 3035/2024, que institui a campanha Maio Laranja, destinada à promoção de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A proposta foi apresentada pela primeira legislatura da Câmara Juvenil, em 2023, e passou a tramitar no parlamento carioca tendo como autores os vereadores Alexandre Isquierdo (União), Carlo Caiado (PSD), Tânia Bastos (Rep), Rafael Aloisio Freitas (PSD) e Mesa Diretora e ex-vereador Prof. Célio Lupparelli (PSD).